

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TEREZA DE JESUS ARAUJO FERREIRA

**A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
VIRTUAL *IN LOCO* DO MEC: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.**

São Luís

2023

TEREZA DE JESUS ARAUJO FERREIRA

**A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
VIRTUAL *IN LOCO*: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para obtenção do grau
de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes

São Luís

2023

Jesus Araujo Ferreira, Tereza de.

A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXTERNA VIRTUAL IN LOCO DO MEC : Um estudo de caso realizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão / Tereza de Jesus Araujo Ferreira. - 2023.

55 f.

Orientador(a): Maria Cléa Nunes.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2023.

1. Avaliação de Bibliotecas. 2. Biblioteca Central. 3. Gestão de bibliotecas universitárias. 4. Ministério da Educação. 5. Universidade Federal Do Maranhão , São Luís. I. Cléa Nunes, Maria. II. Título.

TEREZA DE JESUS ARAUJO FERREIRA

**A PERCEÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO DURANTE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO
DE AVALIAÇÃO EXTERNAS *IN LOCO* : UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA.**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para obtenção do grau
de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Maria Cléa Nunes (Orientadora)

Mestra em Educação/UFMA

Professora do Departamento de Biblioteconomia/UFMA

Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

Doutora em Multimédia e Educação/Universidade de Aveiro - Portugal

Professora do Departamento de Biblioteconomia/UFMA

Isabel Cristina dos Santos Diniz

Doutora em Multimédia e Educação/Universidade de Aveiro - Portugal

Professora do Departamento de Biblioteconomia/UFMA

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha avó Rufina e ao meu filho Alexssander, meu esposo Alexson, aos meus amigos e aos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu Deus, pelo fôlego de vida, por ter me sustentado para chegar até aqui.

A minha orientadora, a professora Maria Cléa, que com paciência e dedicação me ajudou na construção deste estudo, obrigada por ter me compreendido, por me ajudar nos momentos em que precisei, me direcionando na minha escrita, e pelas palavras sábias que ajudaram a me impulsionar e seguir em frente.

A professora Aldinar Bottentuit, que me deu suporte no meu processo de voltar ao curso depois de alguns anos afastada.

As professoras Raimunda de Jesus Araujo Ribeiro e Isabel Cristina dos Santos Diniz, por terem aceito fazer parte da minha banca, pelas críticas construtivas, sugestões de melhorias, a atenção que tiveram para que eu conseguisse alcançar da melhor forma possível concluir meu trabalho.

Ao meu esposo Alexson Roberto, que me apoiou muito nesse momento, meu filho amado Alexssander, que às vezes não entendia porque a mamãe passava tanto tempo nesse computador, tudo por você meu amor, te amo até a lua.

A minha família e os meus irmãos que sempre me apoiaram, com eles eu sempre pude contar em todos os momentos, Raimunda Helena, que mesmo de longe me dava forças, Esmeralda, sempre que eu pedia socorro com Alexssander, mesmo cansada de um plantão sem pestanejar dizia sim, Antônio, era só chamar ele estava pronto a ajudar, José de Ribamar, sempre de prontidão, preocupado em ajudar da melhor forma possível, Tereso, mesmo de longe não se nega também a ajudar e ao André, que sempre socorria com meu computador, vocês sabem o quanto amo vocês, obrigada pelo apoio e pela ajuda em todos os sentidos, obrigada por serem minha rede de apoio.

As minhas cunhadas, Flávia, Nayara, Joanne e Ana, meu cunhado Geovane.

Meus sobrinhos queridos, Karinne, Arthur Vinicius e Lara, amo vocês.

As minhas colegas de curso que tive a oportunidade de conhecer durante toda essa trajetória, especialmente a Karlliana e a Camilla Belmont, minha parceira de estágio e agora amiga, estiveram sempre presentes quando eu precisei, é muito bom poder contar com vocês.

A todos o meu muito obrigada!!

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.”
(Max Weber)

RESUMO

Estudo de caso que teve como cenário de pesquisa a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, onde investiga o processo de preparação no processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior para credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ofertados pela Universidade Federal do Maranhão e a percepção do bibliotecário sobre essas avaliações, objetiva de forma geral saber as dificuldades encontradas pelos bibliotecários durante todo processo de avaliação, investiga ainda de que maneira ocorre a visita do Mec e como esse profissional desenvolve suas atividades a partir da estrutura institucional oferecida, quais métodos utilizados para essa preparação, como ocorre essa troca de interação entre instituição e o bibliotecário no sentido de obter um resultado satisfatório durante esse período. Discorre sobre o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Gestão de Biblioteca Universitária, a avaliação do MEC na Biblioteca Central da UFMA com base em autores como Melo(2017), Soares (2018), Brasil(2012), Ministério da Educação(2023) e a legislação que ampara essa atividade Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 (BRASIL, 2004) que determina as diretrizes da visita de uma comissão de avaliadores do MEC às Instituições de Ensino Superior, destacando o bibliotecário como agente indispensável na avaliação realizada pelo MEC nas Bibliotecas Universitárias. A metodologia adotada neste estudo compreende o estudo bibliográfico embasada a revisão de literatura, Lubisco (2009), Melo (2017), Milanesi (1988), A pesquisa se deu por meio do questionário como instrumento de coleta de dados, enviado por *e-mail* à Bibliotecária gestora da Biblioteca Central, e à bibliotecária responsável pelo setor. A partir da análise de dados, obtidos por meio da análise dos discursos coletados por meio das entrevistas podemos concluir que a avaliação realizada pelo MEC é importante para a instituição, pois tem como objetivo melhorar o mérito e o valor das mesmas, porém é necessário que haja uma comunicação eficiente entre biblioteca e instituição, para que haja tempo hábil para uma boa preparação, o bibliotecário precisa estar atento aos instrumentos de avaliação dos cursos, pois o mesmo dá as diretrizes para os avaliadores do MEC e para as IES, para que as mesmas possam desenvolver seus serviços e alcançar excelência no processo de avaliação, pois é necessário que este instrumento avaliativo seja incorporado no dia a dia, de forma continuada para possibilitar que o bibliotecário não passe por tantas dificuldades na organização desses momentos avaliativos e fique menos apreensivo durante o processo da avaliação realizados nas Bibliotecas Universitárias.

Palavras-chave: avaliação de bibliotecas; Ministério da Educação; gestão de bibliotecas universitária; Biblioteca Central; Universidade Federal do Maranhão(São Luís).

ABSTRACT

Case study that had as its research scenario the Central Library of the Federal University of Maranhão, where it investigates the preparation process in the evaluation process of Higher Education Institutions for accreditation, re-accreditation, authorization, recognition and renewal of knowledge of the courses offered by the University Federal do Maranhão and the librarian's perception of these evaluations, aims in general to know the difficulties encountered by librarians during the entire evaluation process, it also investigates how the Mec visit occurs and how this professional develops his activities based on the institutional structure offered, what methods were used for this preparation, how this exchange of interaction between the institution and the librarian occurs in order to obtain a satisfactory result during this period. Discusses the National Higher Education Assessment System, University Library Management, the assessment of the MEC in the UFMA Central Library based on authors such as Melo(2017),Soares (2018), Brazil(2012), Ministry of Education(2023) and the legislation that supports this activity Law No. 10,861, of April 14, 2004 (BRASIL, 2004), and regulated by MEC Ordinance No. 2,051, of July 9, 2004 (BRASIL, 2004) which determines the guidelines for the visit of a commission of evaluators from the MEC to Higher Education Institutions, highlighting the librarian as an indispensable agent in the evaluation carried out by the MEC in University Libraries. The methodology adopted in this study comprises a bibliographic study based on a literature review, Lubisco (2009), Melo (2017), Milanesi (1988), The research was carried out using a questionnaire as a data collection instrument, sent by email to the Librarian managing the Central Library, and the librarian responsible for the sector. From the data analysis, obtained through the analysis of the speeches collected through the interviews, we can conclude that the evaluation carried out by the MEC is important for the institution, as it aims to improve the merit and value of the same, but it is necessary that there is efficient communication between the library and the institution, so that there is enough time for good preparation, the librarian needs to be aware of the course evaluation instruments, as they provide guidelines for the MEC evaluators and the HEIs, so that the themselves can develop their services and achieve excellence in the evaluation process, as it is necessary for this evaluation instrument to be incorporated into everyday life, on a continuous basis, to enable the librarian not to go through so many difficulties in organizing these evaluation moments and to be less apprehensive during the process. evaluation process carried out in University Libraries.

Keywords: library evaluation; Ministry of Education; university library management; Central Library; Federal University of Maranhão (São Luís).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Histórico da Biblioteca Universitária no Brasil.....	24
Quadro 2 - Espaço físico.....	27
Quadro 3 - Acervo.....	28
Quadro 4 - Serviços prestados pela biblioteca.....	29
Figura 1- Organograma da Diretoria de Integrada de Bibliotecas (DIB) segundo a Resolução N° 226-CONSAD, 15 de junho de 2020.....	33
Quadro 5 - Serviços oferecidos pela Biblioteca Central.....	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BU	Biblioteca Universitária
CONAES	Comissão Nacional de Ensino Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Teixeira
IFLA	Federação Internacional das Associações de Bibliotecários
MEC	Ministério da Educação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
PI	Procurador Institucional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO MEC	17
3	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	23
3.1	Processo de Avaliação da Biblioteca Universitária.....	26
4	DOCUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DE CURSOS DO ENSINO SUPERIOR.....	30
5	BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: Cenário da Pesquisa.....	32
6	O BIBLIOTECÁRIO NA AVALIAÇÃO DO MEC	36
7	METODOLOGIA.....	40
8	ANÁLISE DOS DADOS	43
9	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	50
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC.....	53
	APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	54
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	55

1 INTRODUÇÃO

A avaliação do ensino superior é realizada pelo Ministério da Educação (MEC), sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde regulamenta pela Portaria nº 265 de 27 de junho de 2022, as visitas nas Instituições de Ensino Superior para a Avaliação Externa Virtual *in Loco* no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação.

Essas avaliações são de obrigatoriedade para o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas e ocorrem para credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema de ensino conforme a Portaria Normativa de nº 20, de 21 de dezembro de 2017. (MEC, 2017)

Portanto, para que as Instituições de Ensino Superior (IES) possam oferecer cursos de graduação à sociedade, estas precisam ser avaliadas. Essas avaliações se dão por meio da "visita de uma comissão de avaliadores do MEC às IES, a qual tem por função verificar as condições relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, à gestão da instituição, ao corpo docente e às instalações". (Brasil, 2004)

Atualmente estas avaliações estão acontecendo em formato mediado por tecnologias, com exceção dos cursos nas áreas de medicina, psicologia, odontologia e enfermagem, que permanecem no presencial. As avaliações remotas não têm a necessidade da presença física dos avaliadores nas dependências da instituição avaliada, no entanto as bases usadas para a avaliação permanecem de acordo com os procedimentos adotados nas visitas presenciais oficializado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004), e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 (Brasil, 2004), com algumas adequações necessárias para a realização das mesmas.

A biblioteca é uma das dimensões mais importante para que se obtenha uma boa nota no processo de avaliação, tendo em vista que as Bibliotecas Universitárias (BU) são partes fundamentais de uma IES responsável na disseminação da informação, desempenham portanto um papel indispensável na formação acadêmica, contribuindo com a qualificação do futuro profissional em qualquer área do conhecimento.

O ensino superior para ser ofertado com qualidades em todo o território brasileiro, precisa que o MEC padronize e elabore regras a serem seguidas pelas IES para que as

mesmas se adequem e entendam que ao criar novos serviços e produtos, precisam se estruturar e assim terem uma perspectiva que os serviços sejam oferecidos com qualidade.

O ensino superior tem se expandido em todo o Brasil, e nos últimos anos a forma remota, denominada como Ensino a Distância - EaD, tem crescido de forma acelerada com o avanço da internet tem tido a adesão por profissionais que não dispõem de tempo para ingressar em um curso presencial. A expansão das EaDs aceleraram de maneira mais significativa, após a pandemia de COVID – 19, doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV- 2, nesse período muitas ferramentas digitais foram desenvolvidas e exploradas para o uso no processo de ensino e aprendizagem de maneira remota nas IES.

A expansão do ensino superior trouxe a tona a necessidade de profissionais que possam desenvolver o papel de gestor e responsável por essa demanda determinada pelo MEC, para o funcionamento dessas instituições, diante disso, alguns profissionais têm entrado nesse mercado de trabalho apenas com o conhecimento técnico necessário que são abordados de maneira às vezes nem sempre profunda, com ausência de prática. Prática essa que depende do campo de estágio para ser desenvolvida e o aluno ter vivências sobre esse assunto. E é justamente quando nos deparamos com essa situação que percebemos o quanto é importante que esse assunto seja mais abordado.

Dependendo da instituição o bibliotecário irá gerir a uma biblioteca física e virtual, na atualidade os acervos digitais, como as bibliotecas digitais, repositórios institucionais, portais de periódicos também são avaliados pelo MEC nesses momentos de visitas avaliativas. E as Bibliografias Básicas e Complementares devem contemplar a literatura existente nesses ambientes digitais.

Inclusive as monografias de graduação são instrumentos de avaliação do MEC na atualidade, e precisam constar no repositório institucional, isso conta como ponto avaliativo para os cursos de graduação.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) , oferece vários cursos na modalidade EaD e conseqüentemente o bibliotecário precisa ter conhecimento sobre a biblioteca digital, para que dessa forma possa administrar a mesma, sendo que estas também passam pela avaliação do MEC.

A idealização desse trabalho se deu quando estava prestando serviço em uma IES e então começaram os preparativos para receber a comissão de avaliação do MEC, atentando para o quanto essas visitas mudavam toda a rotina da biblioteca e o quanto os bibliotecários ficavam apreensivos para sanar entraves que poderiam levar ao recebimento de uma nota abaixo do esperado, para tentar ajudar e até mesmo para ter conhecimento sobre essas

avaliações.

Dessa forma, comecei a pesquisar sobre o assunto e percebi que materiais com essa abordagem, não são divulgados com consistência e alguns profissionais não tem ideia de como se dá essas avaliações a não ser de ouvir falar.

Essas avaliações se fazem presente nas Bibliotecas Universitárias (BU) podendo ser realizada várias vezes em um só ano de acordo com o curso a ser avaliado, dessa forma esse assunto se torna relevante para ser abordado em um trabalho de conclusão de curso, se tratando do curso de Biblioteconomia, os bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias estão sujeitos a diversas situações, mediante a essas visitas realizadas pelo MEC e suas comissões.

Esses profissionais se tornam o centro da avaliação funcional dessa biblioteca, não só pelo Ministério da Educação, mas também pela Instituição a qual atua sendo responsável por todo o processo e organização que incidirá na instituição e nos cursos ofertados pela mesma. Esse profissional também possui um papel fundamental, o mesmo guiará a comissão mostrando os pontos positivos da biblioteca, os serviços oferecidos e as demais exigências necessárias para a aprovação favorável ao funcionamento do curso avaliado.

Essas visitas se constituem num evento de cunho importante para a instituição, e faz com que o Bibliotecário se prepare para desenvolver suas atividades tanto no que diz respeito à organização quanto ao gerenciamento da sua biblioteca, avaliando os pontos negativos para a elaboração de soluções antes de ocorrerem as avaliações. Esse gestor ainda precisa ajudar, no auxílio do corpo docente, com a construção de uma bibliografia adequada para a obtenção de uma boa nota na avaliação institucional.

Considerando o exposto, questiona-se como se dá o processo de participação dos bibliotecários durante a visita de avaliação do MEC na Biblioteca Central da UFMA? De acordo com esse questionamento, a pesquisa delinea como objetivo geral: Qual é a percepção dos bibliotecários da Biblioteca Central da UFMA sobre a avaliação realizada pelo MEC.

Os objetivos específicos irão contemplar:

- a) averiguar o suporte oferecido pela instituição aos bibliotecários antes e durante o processo de avaliação;
- b) identificar onde esse profissional busca orientações e capacitação para se preparar e poder entregar um resultado satisfatório;
- c) identificar o papel que o Bibliotecário desempenha na avaliação institucional realizada pelo MEC;
- d) averiguar se no planejamento anterior à avaliação do MEC a biblioteca está em conexão com os atores pedagógicos, evitando que o contato entre eles ocorra somente

no período de distribuição do recurso ou no período da avaliação.

A importância desse estudo se dá para conhecer as dificuldades enfrentados por esses profissionais, e perceber até que ponto a instituição mantenedora anda em parceria com esse profissional para capacitá-lo para tal, tendo em vista que o assunto é abordado de forma superficial na grade curricular do curso de Biblioteconomia.

No decorrer utilizarei alguns autores renomados, quando se fala em avaliação de Bibliotecas Universitárias como: Brasil (2004) Lubisco (2009), Melo (2017), Milanesi (1988). Para a introduzir o tema proposto pela pesquisa, inicialmente é necessário discorrer sobre o órgão que é responsável pelo sistema de avaliação do ensino superior, trazendo o seu histórico, as finalidades da avaliação institucional, suas propostas e objetivos.

Assim como: os órgãos que estão subordinados a esse Ministério; o processo de avaliação das BU realizado pelo MEC, algumas das documentações necessárias para a avaliação dos cursos de Ensino Superior.

Apresenta também o perfil histórico da Biblioteca Universitária, e da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão onde foi realizado o estudo. Aborda ainda sobre a gestão da BU e a relevância do bibliotecário nesse processo de avaliação do MEC.

Na metodologia deste estudo é apresentada a análise da pesquisa realizada com a bibliotecária responsável pelo setor de avaliação da Biblioteca Central, e as questões abordadas pela pesquisadora, estão nos apêndices desta investigação, por fim termino com o meu parecer sobre o tema proposto na conclusão do trabalho.

Em resumo se constata a relevância desse estudo para o curso de Biblioteconomia, a percepção que a bibliotecária tem sobre a importância dessas avaliações realizadas pelo MEC., e conseqüentemente a também importância da comunicação entre instituição e biblioteca para um bom desempenho durante esse processo de avaliação, visando resultados satisfatórios.

2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC.

O MEC como órgão ministerial responsável pela elaboração da Política Nacional de Educação(PNE), tem a função de cuidar para que o sistema educacional de todo o território brasileiro, ofereça uma educação de qualidade. “Suas ações são fundamentadas por meio de três funções básicas: avaliação, regulação e supervisão, e essas funções estruturam as Instituições de Ensino Superior (IES), e abrangem seus cursos”(Silva, 2016).

Todos os assuntos ligados à educação inicialmente eram de atenção do Departamento Nacional do Ensino, órgão esse até então ligado ao Ministério da Justiça, em 1934 o ministro da Educação e Saúde Pública, o Sr. Gustavo Capanema Filho, promove em sua gestão um marco, que foi a reforma dos ensinos secundário e universitário. Nesta mesma época o Brasil já implantava as Bases da Educação Nacional e com a nova Constituição Federal a educação passou a ser “[...] um direito para todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”(MEC, 2023).

Em 1953 a instituição ainda respondia como Ministério da Educação e Saúde com a autonomia dada a área da saúde, surge o Ministério de Educação e Cultura, com a sigla MEC. O Sistema Educacional Brasileiro serviu como modelo a ser usado em todo o país, nos seus estados e municípios, depois de ser aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC. “Em 1985, é criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e, somente em 1995, a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação(MEC, 2023).

O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I - política nacional de educação;
- II - educação infantil;
- III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;
- V - pesquisa e extensão universitária;
- VI - magistério; e
- VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (MEC, 2023).

A referida instituição tem como objetivo promover ensino de qualidade para todo o território brasileiro, responsável por autorizar, reconhecer, credenciar e avaliar todas as Instituições de Ensino Superior no país. A partir da década de 90 o MEC deu início com as

avaliações institucionais, estabelecendo regras e medidas a serem cumpridas pelas IES, onde até então as avaliações institucionais eram realizadas apenas para os cursos de pós-graduação efetivada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 2014 o MEC elabora um novo instrumento para credenciamento e reconhecimento da IES, instrumento esse usado para as avaliações das IES. Essas avaliações institucionais são de suma importância, para o reconhecimento da instituição e também servem de instrumento de qualidade, já que os conceitos obtidos pelos cursos irão atestar a qualidade do ensino que a IES está oferecendo. O processo de avaliação conta com uma estrutura organizada responsável por sua execução: O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O Sistema de Avaliações do Ensino Superior (SINAES) tem como objetivo por meio de suas avaliações realizadas garantir a oferta de uma educação de nível superior de qualidade independente da IES a ser avaliada a mesma deve estar comprometida com o papel e compromisso não só o educacional mas como social.

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES “é um mecanismo criado pelo Governo Federal, responsável por analisar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e os estudantes, analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes” (MEC, 2023). Esse órgão de acordo com a legislação é o principal órgão do sistema avaliativo das IES, porém o mesmo é responsável apenas pelo gerenciamento de todo o processo.

As informações adquiridas pelo SINAES através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos, “são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas”(MEC, 2023). Esses dados são de suma importância para a sociedade, especialmente aos estudantes, pois os mesmos podem ter como referência às condições dos cursos e as instituições, avaliadas. Assim como, [...] “os processos avaliativos do Sinaes são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)”(MEC, 2023).

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, destaca-se as seguintes dimensões do SINAES:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (Brasil,2004)

Dessa forma as dimensões

Por consequência tem os seguintes compromissos:

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. (Brasil, 2004)

Todo o processo de supervisão e regulamentação direcionado a educação superior por meio da avaliação do SINAES, os resultados obtidos servirá de referência para os processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento, renovação de conhecimento e até mesmo o descredenciamento dos cursos ou das próprias IES.

Constituída em em consonância com o SINAES, a **Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)**, se constitui na esfera do MEC relacionada ao gabinete do ministro.(BRASIL, 2004) Se destaca de acordo com a Lei nº 10.861/2004, as seguintes atribuições ao CONAES:

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

- I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação

institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação (BRASIL, 2004).

Ainda de acordo com a mesma Lei nº 10.861/2004, o CONAES é composto da seguinte forma:

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do caput deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do caput deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do caput deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do caput deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do caput deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias (BRASIL, 2004).

É um órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, ele elabora os instrumentos de avaliação, e também elabora propostas de desenvolvimentos das instituições, o CONAES exerce influência em todo âmbito educacional superior do país.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criado em 1937 com o nome de Instituto Nacional de Pedagogia, foi transformado em autarquia

federal vinculada ao MEC no ano de 1997. O INEP é o órgão federal responsável pelas evidências educacionais atuando em três esferas: avaliações e exames educacionais; pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos. (INEP, 2023).

Possui a missão de Produzir conhecimento científico e informações oficiais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do País. Tem por visão de “ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição estratégica do Estado brasileiro, inovadora e produtora de conhecimento especializado sobre a realidade educacional do País”. (INEP, 2023)

Seus valores consistem em transparência, integridade, confiabilidade, valorização das pessoas, ética, excelência, inovação, gestão integrada e cooperação, a Portaria nº 986, de 21 de dezembro de 2017: altera a portaria nº 2.255, de 25 de agosto de 2003, que institui o regimento interno do Inep, diante disso se atribui como competências ao INEP:

- a) Subsidiar o poder público no monitoramento e na avaliação do Sistema Nacional de Educação.
- b) Subsidiar o planejamento de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade para todos e para cada um.
- c) Propor e definir parâmetros, critérios e mecanismos de realização para as avaliações dos sistemas de educação em todos os níveis e modalidades, bem como para os processos de certificação de competências, em articulação com os sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- d) Planejar, desenvolver, implementar e organizar, na área educacional, sistemas de avaliação, estatísticas, testes de desempenho, pesquisas quantitativas e qualitativas ou qualquer outra metodologia necessária à produção e à disseminação de informações sobre os sistemas educacionais.
- e) Realizar o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior.
- f) Planejar, gerir, monitorar e coordenar as atividades necessárias à operação logística das avaliações realizadas pela autarquia.
- g) Subsidiar a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos, pesquisas e estudos decorrentes das estatísticas e das avaliações da educação em todos os seus níveis e modalidades
- h) Promover a disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação.
- i) Apoiar os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas de avaliação educacional, em articulação com o sistema nacional de avaliação e seus respectivos sistemas de educação.
- j) Estabelecer cooperação e assistência junto a órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, destinadas à promoção e ao desenvolvimento das atividades do Inep
- k) Desenvolver, em parceria com países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior.
- l) Exercer outras atribuições previstas em lei (INEP, 2023).

O INEP realiza um levantamento estatístico em todos os níveis e modalidades de ensino, para que assim possa gerar seus dados de estudo educacional:

- a) Avaliação Institucional: compreende a análise dos dados e informações prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Formulário Eletrônico e a verificação, *in loco*,

da realidade institucional, dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

- b) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes é o novo instrumento de avaliação superior do MEC/Inep. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.
- c) Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): exame de saída facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio, aplicado pela primeira vez em 1997.
- d) Exame Nacional para Certificação de Competências (Encceja): é uma proposta do Ministério da Educação de construir uma referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade própria.
- e) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb): pesquisa por amostragem, do ensino fundamental e médio, realizada a cada dois anos (INEP, 2023).

Além de fazer esses levantamentos estatísticos, o INEP realiza vários eventos para a discussão da temática educacional e disponibiliza várias fontes para consulta sobre educação, essa autarquia cria instrumentos que atingem áreas distintas do sistema educacional superior, instrumentos como para o credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: trajetória e processo de avaliação

Os Jesuítas chegaram ao Brasil como o instrumento apostólico trazendo seus livros instrucionais de religião ou latim para alfabetizar e catequizar, não foi uma trajetória fácil, as literaturas eram escritas à mão por religiosos, para que fossem usadas durante as aulas. (Milanesi,1985).

Nesse contexto, podemos dizer que a maioria das obras eram de origem religiosas e devocionais, mas para desenvolver a atividade que lhes fora atribuído os Jesuítas enfrentaram dificuldades nesse processo, considerando que os mesmos não obtinham fácil acesso aos livros, pois os portugueses eram rigorosos com relação a impressão dos impressos, assim como para a sua circulação, tiveram vários entraves até a conquista da colonização e alfabetização.(Milanesi,1985)

Diante dessa introdução sobre o início da alfabetização, a educação no seu contexto histórico se inclui a biblioteca, pois de acordo com Lubisco e Vieira (2009):

Do ponto de vista histórico-conceitual, a trajetória da Biblioteca Universitária confunde-se com a própria história da educação no país. Essa trajetória era marcada pelo espírito colonialista, escravagista e muito influenciada pela Igreja Católica, tanto que o Brasil foi o último país da América Latina a ter Universidade. O que ocorreu somente na década de 20, apesar das tentativas anteriores.

A educação vem tendo progresso se tornando motivo de avanço social e profissional na sociedade, para o cidadão nos seus diferentes níveis de fases da vida humana, que vai da infância a sua vida adulta, podemos inserir a biblioteca nesse contexto pois a mesma serve de auxílio para esse desenvolvimento dos mesmos, partindo do pressuposto que a biblioteca se denomina como um espaço de cultura e disseminadora de informação.

A BU no Brasil se iniciou timidamente, pequenas, com carência de bibliotecários, os seus acervos isolados e organizados de forma intuitiva, (Carvalho, 2004 , p. 84) comenta sobre a inicialização da BU no Brasil:

O que sabemos é que as bibliotecas se formaram, mas não de forma cooperativa. O exemplo flagrante dessa falta de cooperação ocorreu nas universidades, que, tendo se formado pela reunião das escolas de ensino superior, serviram de modelo para formação de suas bibliotecas . As bibliotecas universitárias se constituíram, pois, de iniciativas particulares isoladas o que proporcionou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais.

Com o passar do tempo as bibliotecas têm se modificado, de acordo com a instituição ou local onde está implantada, se personaliza para atender as necessidades informacionais que o seu público necessita, o que leva se a entender que uma biblioteca é diferente da outra porém o papel desempenhado por elas é o mesmo e de suma importância para a ampliação e divulgação do conhecimento. Por via de regra a Universidade para seu funcionamento precisa

possuir sua biblioteca se adequando aos seus usuários de acordo com os cursos que são oferecidos pela instituição, mas para que as BU se desenvolvessem e chegasse a esse ponto ocorreram vários acontecimentos.

Acontecimentos históricos descritos no Quadro 1, ocorridos ao longo da trajetória de desenvolvimento das BU no Brasil.

Quadro 1- Histórico da Biblioteca Universitária no Brasil

PERÍODO	CONTEÚDO
A partir de 1900	Referenciar as bibliotecas nos códigos dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundários.
Década de 1940	Criação de Bibliotecas Centrais Universitárias para atender as novas Universidades.
Década de 1960	-Introdução do Planejamento Bibliotecário no País. - O Conselho Federal de Educação (CFE) inclui a biblioteca como requisito para reconhecimento de Instituição de Ensino Superior. -A reforma Universitária define novos parâmetros para a Universidade, acarretando nova perspectiva para as bibliotecas como: centralização, coordenação e cooperação para a racionalização das atividades.
Década de 1970/80	-As Bibliotecas Universitárias sofrem influência de Planos Nacional do Desenvolvimento. -Criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. -Política Pública para Biblioteca Universitária por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias da Portaria 286/1986 e o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias de Portaria 287/1986.
Década de 1990	Institucionalização do Programa de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior por meio do Decreto 98.964/1990.
Século XX	A biblioteca intensifica o uso de Tecnologias da Informação e torna -se difusora de iniciativas de acesso aberto com a Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos CAPES

Fonte: (Santos; Araujo, 2022)

O Quadro -1, descreve acontecimentos históricos da BU no Brasil, mostram sua evolução, a mesma está inserida no contexto da Universidade, o que começou reservadamente e pequeno começou a evoluir, por tanto nesse quadro, é possível visualizar

marcos que trouxeram avanços para a BU, com investimentos no setor, melhorando condições de funcionamento e ofertas de seus serviços.

As BUs vem dando apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendendo a comunidade acadêmica em geral, ajudando na inserção dos seus usuários ao universo da pesquisa acadêmica e para atender de forma satisfatória aos usuários e ao desenvolvimento institucional da universidade.

Luck (2000, p. 2), afirma que a biblioteca universitária:

Pode ser entendida como a instância que possibilita à universidade atender às necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação.

A partir dessa afirmação podemos então considerar a biblioteca como um ambiente fundamental para a construção sociocultural de um país. Destaca-se que com o passar dos anos e com o advento da internet, esse espaço permite a troca e compartilhamento de informações de forma instantânea, trazendo o avanços científicos e metodológicos, oferecendo ao usuário a rapidez na obtenção de informações desejadas.

As bibliotecas, principalmente as universitárias, precisaram se adequar e realizar certas mudanças e personificação nos seus serviços oferecidos; esses serviços oferecidos pela mesma e sua estrutura organizacional possuem características próprias, ou seja o gestor responsável pela unidade de informação adequa os serviços oferecidos da melhor forma visível e possível ao seus usuários, levando ao conhecimento dos mesmo tudo o que a biblioteca pode lhe oferecer, no entanto a sua autonomia é limitada já que a biblioteca universitária é subordinada a sua mantenedora sendo estas públicas ou privada.

Dessa forma Melo (2017, p. 20) faz a seguinte afirmação:

Conhecida como uma organização intencionalmente constituída, a Biblioteca Universitária não pode ser identificada como uma parte separada, sendo que é reconhecida como um subsistema da organização maior que a mantém, a universidade. Nesse caso, a Biblioteca Universitária é certamente identificada como elemento essencial do aprendizado/ensino e como um ambiente extracurricular, isto é, está introduzida no currículo e em todos os procedimentos do Ensino Superior.

A BU, não é um órgão isolado, e possui uma extrema importância para a sociedade, pois tem por objetivo principal segundo Machado (2000, p.20) :

[...] servir de apoio bibliográfico a professores, estudantes, pesquisadores e à comunidade em geral, devendo colaborar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade à qual ela está ligada. É, por isso, considerada como o coração ou o centro nervoso da universidade.

Oliveira (2002) destaca que a BU tem a missão de fornecer aos usuários: “o suporte de suas atividades sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Dessa forma, deve-se priorizar

recursos informacionais, infra-estrutura e serviços adequados para as atividades definidas por cada Instituição.” neste mesmo ensejo, (Melo, 2017) deixa claro que a missão da Biblioteca Universitária consiste em: “ a prestação de serviços com excelência a seus usuários, além de promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.”

Para que todos esses objetivos e missões sejam desenvolvidos na BU é preciso que o gestor dessa Unidade conheça o seu usuário para que possa conhecer quem é o seu público e quais informações busca, para assim realizar o seu objetivo principal, que é o da prestação de serviços aos usuários.

Satisfazendo suas necessidades de informação, para esse tipo de compreensão existe uma ferramenta que vem sendo usada para tal, chamada de estudo de usuários, essa ferramenta permite que o bibliotecário conheça o seu público e possa planejar e gerir seu ambiente de trabalho.

3.1 Processo de Avaliação da Biblioteca Universitária.

A Biblioteca diante da avaliação do MEC possui um importante papel para a obtenção de notas para os cursos que estão sendo avaliados nas IES, essas notas variam de 0 a 5, que tem por peso máximo para a instituição, por isso é de suma importância que a biblioteca esteja de acordo com as normas estabelecidas pelo MEC, diante disso o bibliotecário precisa estar preparado e preparar sua biblioteca para essa empreitada, precisando de preparo para tal ocasião.

O MEC estabelece política e padrão de qualidade, diante disso os especialistas do MEC em suas visitas técnicas avaliam a qualidade acadêmica do curso amparada por um conjunto de fatores, esses fatores incluem; organização didático pedagógica, corpo docente, instalações e infra estrutura das bibliotecas e laboratórios principalmente.

Melo (2017, p. 32) ao falar sobre a avaliação do MEC em Biblioteca Universitária faz a seguinte afirmação :

Com a política e os padrões estabelecidos pelo MEC ao se fazer uma visita em uma biblioteca universitária, pode-se afirmar que, as exigências da avaliação oferecem várias preocupações e inseguranças em relação às apresentações dos resultados, mas por um lado, possibilitam melhorias e novos investimentos para as bibliotecas universitárias. Essas circunstâncias ocorrem pelas condições impostas pelo MEC, fato que obrigou os responsáveis de IES a investirem em acervos qualitativos e quantitativos e informatização e infraestrutura.

Na biblioteca se avalia aspectos como: espaço físico, acervo e serviços prestados pela biblioteca.

Espaço Físico: aqui é avaliado todo o ambiente onde a biblioteca está instalada, o

Quadro 2 mostra o que a comissão avaliadora deve observar para avaliar.

Quadro 2: Espaço físico: pontos de avaliação da comissão

visitar as instalações da(s) biblioteca(s) utilizadas pelo curso – instalações para o acervo, considerando a área física, condições de armazenagem (como iluminação, extintor de incêndio, sistema anti-furto, sinalização), condições de preservação (manutenção preventiva e corretiva, umidade correta, sistema anti-mofo), de acesso ao acervo por parte dos usuários e de funcionamento;
instalações para estudos individuais e salas para estudo em grupo (áreas reservadas para consultas e estudo individual de professores e alunos e para consulta à biblioteca local e remota, bem como instalação elétrica para uso de computadores do próprio usuário;
condições de acesso das instalações físicas aos usuários com necessidades especiais;
verificar se o acesso ao acervo é possível aos usuários portadores de necessidades especiais e se existem áreas reservadas para consultas e estudo individual dos professores e alunos e para consulta à biblioteca local e remota por meio de computadores; e
entrevistar bibliotecário(s) e pessoal técnico e de apoio.

Fonte: MEC (2002).

De acordo com o Quadro 2, o espaço físico da biblioteca precisa levar em conta a área com espaço para que seja possível a amplificação da coleção, salas de estudos sendo estas, individuais e em grupo, um ambiente condizente para materiais especiais, para realização de pesquisas nos computadores dos usuários, recursos anti furtos para uma maior segurança do patrimônio, verificando ainda a acessibilidade do ambiente para que pessoas com deficiência possam ter acesso a esse espaço.

Consequentemente, o quadro 2 mostra que é necessário ressaltar, que a infraestrutura da biblioteca necessita possuir sistemas contra incêndios, extintores, assim como uma equipe preparada para caso ocorra algum acontecimento desse tipo.

Ainda sobre o espaço físico e os pontos de avaliação, a limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e a sinalização do mesmo precisa ser adequada, é necessário que quando o usuário adentre a biblioteca saiba para onde se direcionar de acordo com a sua necessidade, todos esses aspectos contam para a aquisição de uma nota de peso

Por fim é realizada uma entrevista com os bibliotecários e com o pessoal que presta serviço na biblioteca avaliada, os técnicos administrativos que dão suporte nas atividades diárias da biblioteca, pessoas de importância fundamental para que esses serviços sejam prestados com eficiência aos usuários.

Acervo, expansão a atualização e sua política de aquisição: o acervo deverá contar com bibliografia básicas e complementares das disciplinas contidas no curso avaliado, contendo bibliografias que possam suprir as demandas informacionais do público alvo, servindo assim de base para o desenvolvimento de suas pesquisas, o Quadro 3 mostra o que é verificado pela comissão.

Quadro 3: Acervo.

1) percorrer o acervo de livros, verificando o número médio de exemplares por disciplina;
2) verificar se a totalidade do material bibliográfico relacionado está na IES, devidamente cadastrado e à disposição da comissão verificadora. Não devem ser aceitas notas de compra e/ou compromissos por escrito de entrega ou de compra;
3) verificar se existem políticas definidas de aquisição, expansão e atualização do acervo que contemplem a proporcionalidade do número de alunos em relação às disciplinas do(s) curso(s) e às áreas afins;
4) verificar se a bibliografia básica (livros, periódicos, obras clássicas, obras de referência, etc.), por disciplina do primeiro ano do(s) curso(s) a autorizar encontra-se à disposição dos usuários;
5) verificar, no acervo circulante, pelo catálogo de autor e título e da ficha de empréstimo do livro (devidamente assinada, contendo o número de cadastro da instituição), a existência ou não dos livros indicados na bibliografia de disciplinas do primeiro ano do(s) curso(s), considerando o número de usuários, resguardando as peculiaridades de cada área e verificando a idade e o estado de conservação;
6) verificar as condições de acesso de usuários com necessidades especiais (como é o caso dos deficientes visuais) ao prédio da biblioteca e aos materiais específicos;
7) verificar a pertinência das coleções de periódicos, baseada na sua relação com as disciplinas oferecidas e a bibliografia sugerida;
8) solicitar documentação comprobatória da aquisição da coleção de periódicos eletrônicos apresentada, verificando se não é apenas uma licença para demonstração. No caso do portal de periódicos da CAPES, vale o termo de compromisso assinado pelo dirigente da IES e pelo presidente da CAPES; e
9) bibliotecário(s) e pessoal técnico e de apoio.

Fonte: MEC (2002)

Para as questões de verificação do Quadro 3, é necessário que a instituição apresente um acervo em consonância ou acima da média da demanda inicial para os cursos já oferecidos ou a serem oferecidos assim como apresentar uma política de aquisição, expansão e atualização que atenda plenamente ao descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Assinaturas de revistas eletrônicas e bibliotecas virtuais ajuda na questão do espaço e uma atualização atualização mais rápida do acervo de revistas, e conta muito nas visitas

efetuadas pela comissão do MEC, vale aqui destacar o Periódico Capes, por possuir um ótimo acervo, que abrange diversas áreas do conhecimento, e tem sua assinatura disponibilizadas para as IES, públicas ou particulares.

Serviços prestados pela biblioteca: na análise dos serviços oferecidos pela biblioteca avaliada, a comissão do MEC observa para avaliar as seguintes instruções descritas no Quadro 4.

Quadro 4: Serviços prestados pela biblioteca.

1) visitar as instalações da(s) biblioteca(s) utilizada(s) pelo(s) curso(s);
2) realizar alguns processos de utilização do sistema de acesso ao acervo (empréstimos, consultas, bases de dados, multimídia, etc.);
3) verificar se os recursos de informática estão disponíveis na biblioteca (e, conforme os itens indicados, fora dela);
4) verificar se o horário de funcionamento da biblioteca dá oportunidade ao aluno de estudar no turno de funcionamento do seu curso e em outros horários, inclusive à noite e aos sábados, e se há facilidade de reserva pela Internet e devolução por meio de caixas coletoras;
5) verificar se o pessoal técnico (bibliotecários, auxiliares de biblioteca, assistente de administração, entre outros) é suficiente e capacitado para o atendimento aos alunos do curso e se existe programa de capacitação. Com relação aos serviços oferecidos pela biblioteca, considerar a equipe dedicada ao sustento de serviços e atividades de rotina; e
6) entrevistar bibliotecário(s) e pessoal técnico e de apoio.

Fonte: MEC (2002).

Os serviços oferecidos pela biblioteca são de suma importância, como mostra o quadro - 4 aqui é preciso que o bibliotecário conheça o seu público para saber quais tipos de serviços pode oferecer para seu usuário e saber se esses serviços oferecidos estão satisfazendo esses usuários.

Para isso é usado o estudo de usuários, o MEC também avalia a quantidade de funcionários que a biblioteca possui, para saber se supre a necessidade de atendimento da biblioteca assim como o seu currículo profissional e educacional, também é observado o horário de funcionamento, a quantidade de usuários atendidos e serviços oferecidos, todas essas informações devem estar disponíveis em forma de relatório, e disponibilizado para a comissão.

Com todo esse percurso avaliativo realizado pelos avaliadores do MEC, ainda existem as documentações fornecidas pela IES e analisadas por essa comissão para dar continuidade ao processo de avaliação da mesma.

4 DOCUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE CURSOS DO ENSINO SUPERIOR.

Os cursos de graduação passam por avaliações, quer seja o curso oferecido na modalidade presencial ou EaD, é necessário que os avaliadores do MEC tenham acesso há alguns documentos, sobre o curso a ser avaliado, comprovantes sobre o corpo docente e das instalações, as coordenações de cursos, devem disponibilizar essa documentação para ser analisada pelos avaliadores antes das visitas virtuais externas *in loco*, são documentos que permitam considerar se o curso está em consonância com a IES.

A comissão afere com precisão as informações contidas nesses documentos, dadas pela coordenação do curso os avaliadores preenchem formulários comparando as informações fornecidas, outras informações são fornecidas pela instituição com preenchimento de formulários na própria página do MEC.

Alguns desses documentos que precisam ser disponibilizados pela instituição são o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) relacionados a seguir.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento elaborado e usado pelas IES independente de ser pública ou privada, consiste em auxiliar as IES na elaboração e uso das estratégias que serão usadas para que possa atingir suas metas e os seus objetivos de acordo com a missão da instituição (Melo 2017, p.41) define o PDI como: “um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.”

No site da UFMA se encontra informações sobre o PDI criado pela Instituição como:

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento obrigatório imposto pelo MEC por meio do Decreto nº 5.773/2006, revogado pelo Decreto nº 9.235/2017, elaborado pelas Universidades Públicas, sendo o principal instrumento de gestão, por conter informações que definem a missão da Universidade e os meios para concretizar suas metas em um determinado período. Contempla o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos e deve articular-se com a manutenção de padrões de qualidade e orçamento institucional (UFMA, 2023).

Elaborado para um período de cinco anos, o PDI mostra a filosofia de trabalho e a missão da IES, dando o norte para planejar as diretrizes pedagógicas para orientações de suas ações, sua estrutura organizacional, suas atividades acadêmicas para que seus objetivos de missão sejam alcançados. O MEC norteia com diretrizes baseadas em algumas leis para a criação do PDI. O MEC ressalta ainda que para a elaboração desse documento deve ser considerado, clareza objetividade do texto a coerência, adequação dos seus elementos.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), é um documento que deve estar em consonância com o PDI, pois mostra os projetos futuros da instituição, pode se dizer que projeta a instituição para o futuro, estabelecendo diretrizes que possa levá-la a ter um avanço contínuo, mostrar seu compromisso com as questões sociais do âmbito local, ao nacional, nesse documento deve constar:

Orientação acadêmica, devem constar, entre outros, o histórico da instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão; âmbitos de atuação; princípios filosóficos gerais; as políticas de gestão, de ensino, de pesquisa, quando for o caso, de extensão; perfil humano, perfil profissional; concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino e de planejamento e os diversos programas (Rocha, 2012).

Engloba uma visão do papel do ensino superior, explicando o papel da IES, sua contribuição social por meio do ensino, pesquisa e extensão, a orientação acadêmica, deve também contar a sua projeção futura, não se limitando ao período de gestão.

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC)¹ é elaborado pelo curso, de acordo com o PDI e o PPPI, cada coordenação de curso elabora seu projeto de acordo com a sua área de atuação, visando as necessidades que essa área possui.

Este documento de orientação acadêmica deve constar: o histórico do curso; sua contextualização na realidade social, o que possibilita articulá-lo às distintas demandas da sociedade; a aplicação das políticas institucionais de ensino, de pesquisa, quando for o caso, e de extensão, bem como todos os elementos das Diretrizes Curriculares Nacionais, assegurando a expressão de sua identidade e inserção local e regional (Rocha, 2012).

O PPC atua como um importante instrumento de planejamento para a coordenação pedagógica dos cursos possam planejar como desenvolverem suas atividades nos cursos a que estão atuando na graduação, fazendo referência às suas ações e decisões para que essa área do conhecimento possa desenvolver seu papel no campo do saber.

Diante dessa análise o MEC, oferece uma importante ferramenta para que os cursos e as IES sejam acompanhados por sua qualidade, essa ferramenta pode ser acompanhada pelo usuário que está a procura de uma instituição para a iniciação da sua graduação.

¹ Em algumas literaturas encontra-se também a nomenclatura Projeto Pedagógico de Curso. Entretanto, não foi encontrada informação clara por escrito que justificasse a mudança. Assim, foi mantido a nomenclatura ora apresentada

5 BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: Cenário da Pesquisa.

A Universidade Federal do Maranhão - UFMA tem contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de graduação e pós-graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da Região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura.(UFMA,2023)

O Câmpus Universitário da UFMA denominado como Cidade Universitária Dom Delgado, localizada na área Itaqui Bacanga na cidade de São Luís [...] possui 49 cursos de graduação, distribuídos entre as diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas, Letras e Artes; Ciências Exatas, O câmpus de São Luís. (UFMA, 2023)

A Biblioteca Central, se iniciou em um sobrado na rua 13 de maio e na São João, mais precisamente entre o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a faculdade de Farmácia e Odontologia desempenhava atividades como, processamento técnico dos materiais, fase que precedia o envio dos títulos para as bibliotecas de cursos específicos que ficavam em prédios distintos. Em menos de dois anos ocorreram mudanças, após início de funcionamento, houve a aquisição de um novo prédio, localizado na rua dos Afogados.(UFMA, 2023).

A Biblioteca Central atualmente está localizada no campus do Bacanga assim como é popularmente conhecido, no Bloco B na Ala Leste do CEB encontra-se nesse endereço desde a década de 80 quando foi transferida para o Campus a Biblioteca Central tem como um dos seus objetivos a disseminação do conhecimento e a disponibilização de diversos documentos visando fornecer aos seus usuários, estudantes e funcionários o acesso às informações de forma eficiente.

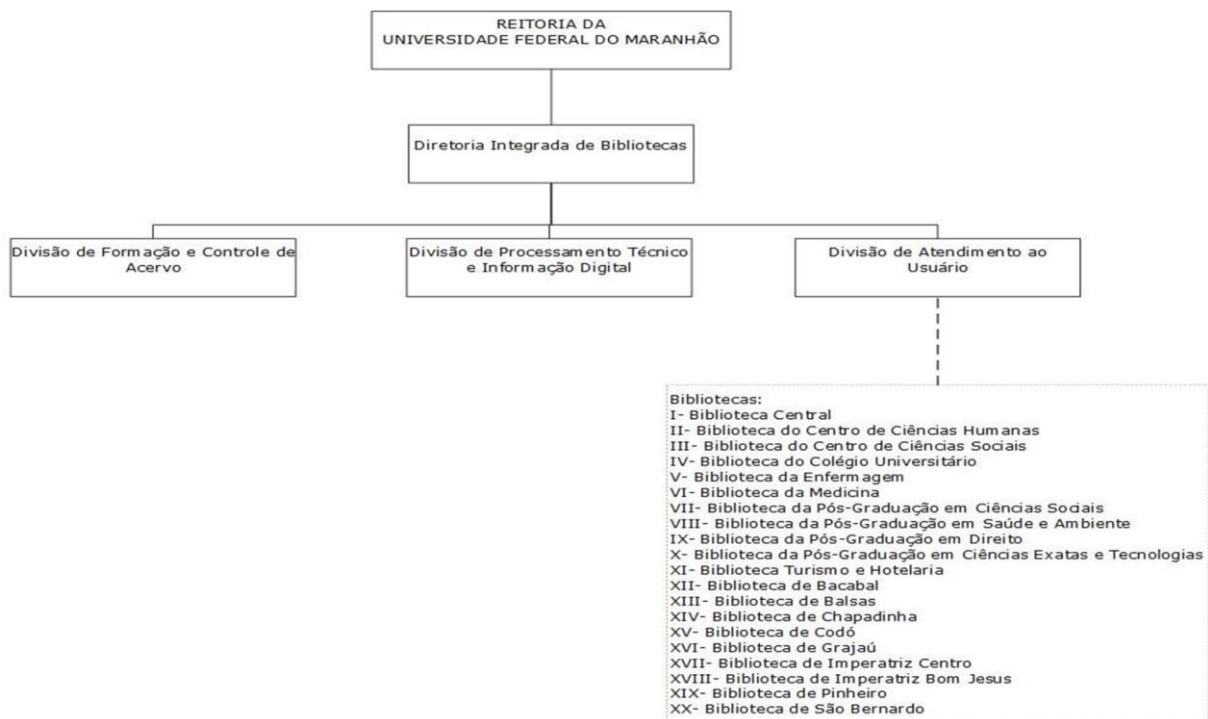
As atividades da Biblioteca Central passaram a ser regidas por um documento aprovado em 1984 cujo Art. 1º estabelece que a Biblioteca Central é um órgão subordinado à Coordenadoria dos Órgãos Suplementares (CORSUP). E, no Art. 6º, a composição da Biblioteca Central, se constitui da seguinte forma: Diretoria, Comissão Consultiva, Secretária, Serviço de Controle e Formação do Acervo, Serviço de Processos Técnicos, Serviços de Informações Bibliográficas, Serviço de Materiais Especiais e Serviço de Apoio (UFMA ,2023).

A partir de 2004, as bibliotecas da UFMA são denominadas oficialmente como Núcleo de Bibliotecas (NB), pela resolução 73/2004 - CONSUN órgão vinculado à Reitoria da Universidade, em 2015 houve uma nova mudança por meio da Resolução 169-CONSAD,

houve uma renomeação para Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB), tendo evoluído à medida em que procura harmonizar a sua organização à política de modernização da Universidade (UFMA, 2023).

Em junho de 2020, por meio da Resolução N° 226 –CONSAD, atualiza-se a estrutura organizacional e o correspondente organograma da Universidade Federal do Maranhão. Com a extinção, criação e reorganização das Unidades Administrativas da UFMA, o Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB), passou a ser chamado de Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB), contando com o apoio da seguinte estrutura organicamente articulada: (UFMA, 2023)

Figura 1: Organograma da diretoria de integrada de bibliotecas (dib) segundo a resolução nº 226-consad, 15 de junho de 2020.



Fonte: Universidade Federal do Maranhão, 2023.

A Biblioteca Central tem por missão: “fornecer suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMA, auxiliando na geração, preservação e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e da inovação visando ao desenvolvimento intelectual e social” (Universidade Federal do Maranhão; Diretoria Integrada de Bibliotecas, 2023).

No ambiente acadêmico a BU é um órgão que possui suma importância, os mesmos são centros informacionais que possuem o objetivo de disponibilizar informações a quem necessita, assim como afirma Milanesi: (1985, p. 5) “[...] vista como núcleo de informação, é o serviço que dispõe as informações para o público.”

Dessa forma se compreende a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão como uma ferramenta poderosa para o auxílio da pesquisa, do ensino e extensão, que é o tripé do ensino superior, ainda contribui na formação acadêmica do usuário quanto a sua autonomia, saber formar opinião através de sua pesquisa.

Seu horário de funcionamento é das 08h às 21h de segunda a sexta feira, a Biblioteca Central é inclusiva e acessível, a sua equipe é composta por sete bibliotecárias e três técnicos, no quadro 5, estão descritos os serviços oferecidos pela mesma :

Quadro 5 - Serviços oferecidos pela Biblioteca Central.

Serviços Oferecidos pela Biblioteca Central	
1. Empréstimo e devolução do material bibliográfico;	11. Treinamento de usuários no uso de fontes eletrônicas, bases de dados e Portal da Capes;
2. Renovação online;	12. Visitas orientadas;
3. Catálogo online	13. Salas de estudo em grupo
4. Terminais para consulta aos serviços da biblioteca;	14. Sala de estudo individual;
5. Reserva do material bibliográfico;	15. Cabines individuais de estudo;
6. Orientação à Normalização de Trabalhos Acadêmicos;	16. Setor de Acessibilidade;
7. Levantamento bibliográfico;	17. Acesso Wi-fi;
8. Elaboração de ficha catalográfica para livros;	18. Guarda-volumes;
9. Geração de ficha catalográfica online;	19. Exposição das novas aquisições;
10. Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT);	20. Laboratório de Informática.

Fonte: Universidade Federal do Maranhão, (2023)

De acordo com o quadro 5 a Biblioteca Central oferece diversos serviços à comunidade acadêmica, são serviços gratuitos salvo o item 7, que é o levantamento bibliográfico, esse serviço consiste na busca e recuperação de bibliografias (referências) sobre

determinado assunto no acervo das Bibliotecas do NIB ou em outras fontes de informação. Para que o aluno tenha acesso a esse levantamento bibliográfico é cobrado antecipadamente uma taxa de R\$17,00, alguns outros serviços podem ser feitos de forma online via SIGAA de forma mais rápida e acessível a baixo está relacionado no quadro 4 os serviços oferecidos pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.

6 O BIBLIOTECÁRIO NA AVALIAÇÃO REALIZADA PELO MEC.

As avaliações do MEC nas IES são de uma grande importância, avaliar se a instituição e os seus cursos estejam em consonância com o que pede a regulamentação do Ministério da Educação, a biblioteca possui um papel muito importante durante esse ato avaliativo é nesse espaço que o usuário encontra conhecimento teórico através de pesquisa para sua área de atuação.

A biblioteca para ser avaliada precisa estar preparada, é necessário que o bibliotecário gestor da unidade de informação esteja trabalhando em conjunto com a instituição para que os resultados dessas avaliações sejam satisfatórios. Melo (2017, p. 44) identifica que: “o sistema de avaliação das bibliotecas universitárias ocorre conforme o Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais, produzido pelo MEC.” A mesma atenta que para a BU possa ter uma pontuação que alcance uma nota máxima é necessário “um sistema de avaliação eficiente, de modo que seja advertida caso não esteja conforme os padrões requeridos e assim busque aperfeiçoamentos sucessivamente” (Melo 2017, p. 44).

O Bibliotecário possui a função fundamental nessa avaliação, já que será ele que irá dar instruções durante a avaliação, assim como guiar o avaliador mostrando os pontos que a biblioteca possui para auxiliar teoricamente os usuários do curso a ser avaliado, para que a sua função seja cumprida com êxito esse profissional precisa estar preparado para tal, ter conhecimento sobre as documentações que o MEC fornece em seu sistema.

Conhecer as legislações vigentes para a realização das avaliações, além de toda a organização e preparo da sua biblioteca esse profissional, também auxilia o corpo docente na construção da bibliografia adequada para se obter um resultado satisfatório na avaliação institucional.

Diante da relevância desse Profissional da Informação tem ao gerir sua unidade de informação para as avaliações do MEC é importante abordar aqui sobre a gestão do bibliotecário em uma BU já que a mesma está servindo de estudo de caso.

A gestão de uma Biblioteca Universitária envolve diversos fatores ao passar por atividades que vão desde a gestão dos recursos materiais, gestão de pessoas, gestão tecnológica, gestão da acessibilidade, gestão de processos, dentre outras. Estas são consideradas como parte importante para obtenção de uma qualidade educacional de excelência, para além de ser a parte que possui uma grande importância para que a instituição obtenha qualidade no desempenho de suas atividades de ensino.

Diante disso podemos correlacionar a importância da gestão da BU, e o bibliotecário

universitário gestor, pois o mesmo possui a responsabilidade de projetar, organizar e colocar em prática os processos internos da BU, assim como toda a organização desse espaço, ciente de que todo o planejamento e execução será essencial para obter um bom desempenho durante a avaliação do MEC nesse espaço.

Como afirma (Pereira, 2013) “esse desempenho é posto em prova por meios da utilização de instrumentos de gestão [adequados, da inclusão da equipe e da habilidade do gestor em aplicar as metodologias para a gestão, e atender às necessidades da comunidade acadêmica, sem ir contra os critérios estipulados pelo MEC.”

A BU vem passando por mudanças durante o tempo, aliás tendo em vista que tudo vem passando por mudanças, esse ambiente informacional não ficaria para trás, com as atualizações permanentes das tecnologias, os bibliotecários têm se tornado empreendedores no seu espaço de trabalho buscando por novas ideias, mudanças, desenvolvendo técnicas e práticas de gestão de trabalho, usando de criatividade para melhorar e administrar o seu espaço e oferecer melhores serviços para seus usuários.

O Bibliotecário universitário tem procurado também se transformar cada vez mais no mercado de trabalho, que tem exigido mudanças permanentes desse profissional, pois o mesmo necessita manusear recursos para que seus objetivos sejam atingidos e essa prática dentro da unidade de informação precisa ser tratada de forma eficiente, pois estará tratando em disponibilizar recurso para a formação intelectual do usuário assim como a cultural e social. (Dias 1993) afirma que:

São características fundamentais no papel do empreendedor planejar e implementar mudanças do serviço, estimular mudanças, resolver problemas através da introdução de mudanças, identificar melhorias que possam ser introduzidas no serviço. Acompanhar as mudanças advindas com o surgimento das novas tecnologias também faz parte de uma visão empreendedora na gestão de uma unidade de informação.

O Bibliotecário também precisa desenvolver um modelo de gestão para sua biblioteca, essa gestão terá por objetivo de definir o seu modo de operação para que o mesmo saiba como gerenciar seus processos e quais recursos utilizar para realizar suas atividades de forma eficaz e ~~em~~, sobre o modelo de gestão é feita a seguinte observação por Pereira e Santos (2001,p.47), “[...] o modelo de gestão consiste no corpo de conhecimento, compreendido como o conjunto de princípios, técnicas e explicações, que orientam a concepção e o modo de funcionamento de todos os elementos constituintes de uma organização.”

O bibliotecário gestor entende que a sua biblioteca possui toda uma estrutura voltada para oferecer a busca informacional de uma sociedade, isso em termos educacionais então é necessário gerenciar mais que o seu acervo. Precisa como razão de sua existência, gerenciar

conteúdos depositados em suas estantes, pois toda vez que um bibliotecário faz catálogos, classifica e distribui o acervo, ele está gerenciando conhecimentos, amplificando o acesso e agregando valor (Silva, 2005).

Desempenhando uma função preponderante no gerenciamento da biblioteca utilizando técnicas para conhecer seus usuários, suas necessidades de informação e desenvolver acervo e serviços que supram insuficiências informacionais tentando, atender às necessidades de todos através da gestão e do conhecimento da realidade vivida pela sua comunidade, valendo-se dos recursos que tem à disposição e que possa adquirir com solicitações e por meio de projetos elaborados com base na sua necessidade (Spudeit, 2017).

Diante disso se atenta ao valor da informação que esse profissional precisa possuir para gerir sua biblioteca e essa informação necessita ser analisada, pois tudo que é administrado na mesma precisa ser administrado de acordo com o perfil da comunidade acadêmica, para que seja realmente útil para todos.

Existem algumas ferramentas utilizadas para a gestão da BU, dentre elas o marketing, o mesmo se trata de um processo estratégico para a divulgação dos serviços e produtos oferecidos das BU, assim como troca de informações que podem agregar o crescimento dessas bibliotecas. Kotler (1998) define marketing como “a relação de intercâmbio entre duas ou mais partes mediante processos de interação”, se entende como interação e troca de informações entre as partes.

Para que se obtenha qualidade na prestação de serviços oferecido pela BU é necessário que se compreenda todo o processo de administração nas atividades como: planejamento, que define toda a metodologia para a administração do marketing; a organização, essa compreende o procedimento utilizado para realizar a coletar e analisar as informações trazidas pelos usuários e o treinamento de pessoal é a capacitação da equipe, essa capacitação é necessária para que seja realizada melhorias de acordo com as necessidades apresentadas nas coletas de informações.

É importante também que na gestão de BU, os gestores busquem relação direta com a administração mantenedora, mostrando o valor de sua biblioteca, para que as mesmas possam ser incluídas em planos de desenvolvimento, tendo garantia de investimento, pois esse ainda tem sido um entrave na gestão bibliotecária para garantir o cumprimento de suas atribuições, por isso a importância do alinhamento das estruturas administrativas com a universidade.

Diante dessa abordagem sobre a gestão das BU, se consolida ainda mais a importância desse profissional em um processo de avaliação do MEC, pois esse profissional procura desenvolver da melhor forma suas atividades para proporcionar aquilo que lhe é

proposto, adaptando seu espaço para oferecer ao seu usuário um serviço informacional, poderá acompanhar a comissão avaliativa do MEC, mostrando todos os pontos positivos da sua BU e as melhorias realizadas na mesma de acordo com as exigências do Ministério da Educação.

7 METODOLOGIA

A pesquisa se constitui de natureza qualitativa, exploratória e de campo. A metodologia usada para a execução deste estudo, foi delineada pela pesquisa bibliográfica, a mesma é requisito relevante quando se trata de atividades acadêmicas pois ela é “[...] desenvolvida com base em materiais já elaborados constituídos principalmente de livros e artigos científicos” (Gil,2002, p.44). Dessa forma, buscou-se a contribuição teórica de autores com conhecimentos sobre avaliações institucionais do MEC, que é a temática abordada neste estudo.

Além da busca pelo assunto em literaturas, através da pesquisa bibliográfica, e tendo o conhecimento da grande propagação da informação atualmente, podemos considerar a internet como uma importante fonte de bibliografia, para pesquisa como afirma (Gil, 2007, p.74) [...] “A Internet constitui hoje um dos mais importantes veículos de informação. Não se pode deixar de lado as possibilidades desse meio.” Nela pode-se localizar a legislação pertinente ao estudo disponível no site do MEC, necessária para subsidiar nossa Pesquisa Documental.

O estudo aqui abordado possui relevância para entender o Ministério da Educação, como regente e delineador das diretrizes, regras e instruções para a qualificação e adequação das IES para que as mesmas possam desenvolver suas atividades, no que se trata em ofertar seus cursos a toda uma sociedade de forma adequada, em específico o que tange as Bibliotecas Universitárias.

São Leis elaboradas para serem cumpridas, algumas já substituídas por outras mais atualizadas. Dessa forma, a plataforma do Ministério da Educação foi de suma importância, para o desenvolvimento deste trabalho, é nessa plataforma que se encontra informações sobre todo o processo avaliativo, assim como os órgãos que são vinculados ao MEC e fazem parte de todo esse processo.

A pesquisa utilizou, ainda, o Estudo de Caso, que de acordo com Alves-Mazzotti (2006), são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição, um programa, ou um evento. Ainda de acordo com Alves-Mazzotti (2006), o estudo de caso, caracteriza-se justamente por esse interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação.

De natureza qualitativa, esse trabalho buscou encontrar as respostas a partir de um fenômeno humano, as visitas de avaliação externa virtual *in loco*, pois a mesma tem como

foco compreender as percepções do entrevistado sobre o assunto abordado, (Minayo, 2000) descreve que a pesquisa qualitativa “ trata-se de uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado.”

Triviños (1987), completa então que “a pesquisa qualitativa busca compreender o significado que os indivíduos dão aos fenômenos [...] e ainda aponta a importante participação dos indivíduos e do pesquisador como observadores participantes para a coleta e avaliação dos dados.”

Consequentemente (Vieira e Zouain 2005) sustentam que:

[...] que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, onde foi desenvolvido um roteiro com questionário contendo 12 perguntas relacionadas ao assunto aqui abordado (APÊNDICE A). Gil (2007, p.74) afirma que: “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.” Esse questionário foi enviado via *e-mail* para a coordenação da DIB², solicitando uma conversa presencial com a responsável pelo preparo e organização a partir do momento em que se é agendado uma visita do MEC.

No entanto, fui surpreendida com a devolutiva do *e-mail* já com as perguntas respondidas pela bibliotecária do setor de Divisão de Atendimento ao Usuário da Biblioteca Central, pois a entrevista presencial é considerada como:

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social(Lakatos, 2003 p.195).

A referida autora afirma ainda que o objetivo principal da entrevista “é a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema” (Lakatos, 2003 p.195). Dessa forma a entrevista se torna fundamental para a disseminação do conhecimento, a partir dela é possível construir uma concepção analítica social, e consequentemente proporcionar debates sobre o tema abordado onde o discurso direto é a característica principal.

De posse do questionário respondido foi realizada uma leitura analítica para contemplar o objetivo deste estudo. Na próxima seção será abordada as análises dos dados

² Nossa intenção era conhecer o ponto de vista da gestão. Por isso, aplicar o instrumento a gestora do serviço.

obtidos e a conclusão do assunto, analisando a percepção do profissional bibliotecário sobre as avaliações que o MEC realiza na Biblioteca Central.

8 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos na pesquisa realizada se deu por meio de entrevista respondida pela Bibliotecária da Divisão de Atendimento ao Usuário da Biblioteca Central da UFMA, a entrevista continha doze perguntas todas relacionadas ao estudo desenvolvido neste trabalho, e todas foram muito bem respondidas e serão explanadas no presente estudo.

A primeira pergunta foi sobre o processo de adequação da biblioteca para as visitas da comissão avaliadora do MEC., em resposta a bibliotecária informa que: a instituição possui um setor responsável pela avaliação institucional interna a Comissão Própria de Avaliação (CPA) essa possui por finalidade realizar as avaliações interna da Instituição para que se obtenha [...] “maior índice de eficiência, utilizando melhor seus recursos (humanos, materiais, financeiros, etc), bem como em sua eficácia no alcance de seus objetivos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento social” (UFMA, 2023).

A CPA é um órgão de de suma importância para a IES, essa comissão realiza a autoavaliação das instituições possibilitando que as mesmas conheçam os seus pontos positivos assim como os negativos para melhoria destes, essa auto avaliação é a primeira etapa para a avaliação do MEC, pois a CPA da instituição deverá esta cadastrada no INEP.

Dando continuidade a entrevista foi perguntado como se dava a comunicação entre MEC e Ies, a bibliotecária informou que essa comunicação se dá através do Procurador Institucional (PI). Sobre esse profissional de acordo com a PORTARIA 40 DE 12/12/2007 (Consolidada 2010), afirma que a instituição deverá fazer a indicação de um PI.

Esse profissional ficará responsável por todo o processo regulatório da instituição junto ao MEC, assim como as informações necessárias à realização do ENADE. Esse profissional deverá, preferencialmente, estar ligado à Reitoria ou à Pró-Reitoria de Graduação da instituição ou órgãos equivalentes, a fim de que a comunicação com os órgãos do MEC considere as políticas, procedimentos e dados da instituição no seu conjunto (INEP,2007).

O PI é o responsável em informar através de *e-mail* , a agenda de avaliações previstas para o período, de acordo com a bibliotecária, a PROEN mais necessariamente a direção do curso a ser avaliado no período fica responsável pela avaliação institucional do MEC.

A entrevistada afirma ainda que para o alinhamento da biblioteca, para receber as comissões avaliadoras do MEC se dá por meio de reuniões, e essas ocorrem por demanda. A mesma exemplifica que quando a biblioteca for receber a visita da comissão avaliadora do MEC é solicitado uma reunião com a DAU (Divisão de Atendimento ao Usuário) e direção para alinhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o processo de avaliação.

Os Bibliotecários da Biblioteca Central usam como fontes para sanar suas dúvidas

para suporte informacional com o que diz respeito às avaliações do MEC, as seguintes fontes de informação: Institucional; bibliográfica; e a fonte documental. A entrevistada diz não ter conhecimento sobre a instituição mantenedora oferecer cursos de capacitação para que o bibliotecário possa ter um conhecimento a mais para esse processo.

No entanto existem alguns cursos de capacitação profissional para tal, cursos esses que tem ajudado muitos profissionais no que diz respeito aos processos de avaliação do MEC, auxiliando o profissional desde o princípio da regulamentação para o Ensino Superior às documentações que a biblioteca deverá disponibilizar durante todo o processo de avaliação externa virtual *in loco*.

Dando continuidade à explanação das perguntas feita para a entrevistada e dessa vez sobre a principal dificuldade encontradas referentes à visita do MEC, tenho essa como uma das perguntas mais importante do questionário, pois como relatado no presente trabalho o bibliotecário enfrenta diversos percalços diante dessa avaliação. A mesma relata que a maior dificuldade é quando não há comunicação prévia sobre as avaliações, pois não terão tempo hábil para a adequação do espaço e organização do processo.

A entrevistada sugere como ação preventiva para as avaliações externas virtual *in loco* realizadas pelo MEC na Biblioteca Central, o levantamento bibliográfico conforme o PPC do curso, recurso para aquisição de bibliografia atualizada e preparo do espaço físico considerando a acessibilidade.

Durante esse momento de Avaliação Institucional do MEC, de acordo com a entrevistada, não muda a rotina das atividades na biblioteca, a mesma afirma que a biblioteca deverá estar funcionando plenamente com a oferta de seus serviços aos usuários. Uma equipe de bibliotecários é designada para o atendimento das demandas que são provenientes da avaliação.

Com relação a aquisição de novas bibliografias, a entrevistada informa que é necessário recurso para aquisição de bibliografias atualizadas, e sugere que seja disponibilizado como ações efetivas para preparação da biblioteca, para que a mesma possa passar pelo processo de avaliação.

Diante disso, se entende que os recursos destinados para tal ainda não são o suficiente para satisfazer tal processo. Seria necessário que a mantenedora tivesse um olhar mais cuidadoso para tal, como já relatei aqui neste trabalho a importância que possui de os gestores buscarem relação direta com a administração mantenedora, mostrando o valor de sua biblioteca.

Pois as mesmas precisam ser incluídas em planos de desenvolvimento, tendo garantia

de investimento, tendo em vista que o acervo é um requisito avaliativo de suma importância, e para que esse acervo se adeque ao padrão exigido pelo MEC também é necessário uma parceria entre biblioteca e cursos, para o levantamento bibliográfico condizente com o que é exigido pelo MEC.

Como ações preparatórias sugeridas pela entrevistada, antes da visita do MEC., ela cita ainda como já foi explanado, adequações do espaço físico considerando a acessibilidade, no entanto a Biblioteca Central tem boa parte de seu espaço físico para atendimento à NBR 9050: ABNT, de acessibilidade, para melhor atendimento aos alunos com deficiência, a biblioteca oferece em seus serviços voltados para esse público suportes como, visita guiada com audiodescrição, atendimento individualizado, disponibiliza terminais de consulta ao acervo para usuários com deficiência e duas salas de acessibilidade para estudo.

Uma delas com equipamentos de tecnologias assistiva: duas lupas eletrônicas e dois computadores com programas Ledores e Vlibras. No entanto, as pessoas com deficiência têm procurado autonomia, e ainda será necessário algumas modificações para melhor atender esse público.

O MEC estabelece padrões de análises da dimensão e instalações obtendo como fatores a serem avaliados, e um conjunto de aspectos referentes a espaço físico. Todos têm direito à informação, seja escrita, falada ou acessada por meio das tecnologias de informação e comunicação e devem estar disponíveis e acessíveis a todos, incluindo as pessoas com deficiência.

Assim, as universidades devem estar preparadas para contribuir no processo de inclusão. E as bibliotecas, como parte deste sistema, devem participar do processo atendendo da melhor forma as necessidades dos usuários com limitações.

Dentro desse contexto, todas as pessoas independente de suas capacidades, limitações físicas ou sensoriais, a capacitação dos profissionais da área que tem por missão, recuperar e disseminar informações aos usuários independente de suas limitações.

A Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA), em 29 de março de 1999, conclama os bibliotecários a “garantirem e facilitarem o acesso a todas as manifestações do conhecimento e da atividade intelectual; a adquirirem, preservarem e tornarem acessíveis a mais ampla variedade de materiais que refletem a pluralidade e a diversidade da sociedade”.

Então pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desses ambientes, assim como não compete ao mesmo escolher quem irá receber ou atender em seu ambiente de

trabalho. Levando em conta que todos possuímos alguma limitação, podendo ser física ou não, ninguém é perfeito em tudo, todos nós temos estranhezas, esquisitices, dificuldades.

Esse conhecimento leva o profissional a saber conviver com as diferenças, não tratando a pessoa com deficiência como ordena o decreto ou a lei, mas tendo ética em seu atendimento, de forma que as mesmas se sintam iguais aos outros usuários em busca de informação, sendo tratado de acordo com sua deficiência.

Através das respostas da entrevistada é possível assimilar a percepção da entrevistada sobre o processo de avaliação externa virtual *in loco*, da sua importância para a IES, também é possível observar que, o bibliotecário se depara com algumas dificuldades para a organização da biblioteca para esse processo avaliativo, as concepções sobre as respostas da entrevistada será discutido na conclusão deste trabalho.

9 CONCLUSÃO

A pesquisa teve por objetivo geral entender a percepção que o bibliotecário da Biblioteca Central da UFMA possui sobre o processo de avaliação do MEC. Já que a biblioteca é avaliada para credenciamento, recredenciamento e renovação de conhecimento dos cursos oferecidos pela instituição.

A mesma deve estar preparada não só para a avaliação dos seus serviços oferecidos mas também do seu acervo e para isso é necessário o conhecimento dos requisitos de avaliação, segundo (Melo, 2017) [...] “ essa avaliação é necessária para que avaliadores possam verificar as condições da instituição e as circunstâncias positivas ou negativas que a instituição oferece aos seus alunos e os serviços oferecidos”

A autora continua destacando a importância desse processo quando afirma que “Esses procedimentos da avaliação são muito importantes para não só identificar os problemas contidos na biblioteca, como para buscar maneiras de resolução e especificação do modo de execução. (Melo, 2017)

Conseqüentemente, constata-se que a bibliotecária na sua concepção entende a importância das avaliações do MEC na Biblioteca Central, mas chama a atenção para as dificuldades para essa avaliação, pois as mesmas se fazem presentes principalmente quando não existe comunicação prévia para organização desse espaço para cumprir as imposições do MEC para esse processo.

Dessa forma poderia propor como sugestão, um alinhamento da gestão da Biblioteca Central e o PI, para que tais fatos não dificultem o desenvolvimento da padronização do seu espaço de acordo com o padrão MEC exigido, levando em consideração que a biblioteca é passível de receber uma nota negativa, afetando o curso a ser avaliado no momento.

É necessário que haja uma comunicação eficiente entre biblioteca e o PI, mas independente dessa comunicação o bibliotecário precisa estar atento ao instrumento de avaliação de cursos, pois o mesmo dá as diretrizes para os avaliadores do MEC e para as IES de como se adequar para essa avaliação.

Esse padrão deve ser incorporado no cotidiano das atividades da biblioteca, permitindo assim que o bibliotecário não passe por tanta dificuldade no desenvolvimento de suas atividades, trabalhando em prol da qualidade para que a sua missão seja alcançada tanto no âmbito informacional com os seus usuários quanto no âmbito institucional alcançando uma boa nota nos seus processos de avaliação diante do MEC.

O papel do bibliotecário universitário neste trabalho foi destacado em todo o processo de avaliação do MEC, e independente da IES ser pública ou privada, os

bibliotecários encontrarão percalços para a organização de suas bibliotecas.

Não é difícil se deparar com bibliotecários recém-formados e concursados, e os mesmos se depararem repentinamente com a incubência da missão de apresentar a biblioteca condizente com os indicadores exigidos pelo sistema de avaliação e no que diz respeito a esse propósito, sentirem-se inseguros, (Melo, 2017), afirma que [...] “ um dos desafios dos bibliotecários é a avaliação institucional realizada pelo MEC nas bibliotecas, para credenciamento e credenciamento dos cursos, por isso, é preciso haver uma preparação do bibliotecário.”

Consequentemente a autora, (Melo, 2017, p. 62) também destaca que:

O papel do bibliotecário ao receber a comissão do MEC na biblioteca universitária é primordial, pois, se torna o profissional responsável pela gestão bibliográfica dentro da instituição e deve assumir este papel, procurando comandar e participar ativamente de todos os processos que envolvam as auditorias realizadas pelo MEC.

Para essa missão, além de manter a organização da biblioteca com os padrões do MEC, os bibliotecários podem e devem procurar cursos cuja temática são as auditorias do MEC, se tem conhecimento através da entrevistada não possuir conhecimento que a IES oferece a esses cursos preparatórios.

No entanto, esses cursos são encontrados *online*, e têm por objetivo capacitar o profissional a conhecer as etapas da avaliação de forma detalhada, garantindo eficiência e favoráveis conceitos durante a avaliação.

Consequentemente com toda a importância desse processo de avaliação este profissional é cobrado para que possa obter êxito, neste período de adequação talvez seja o momento em que esse profissional, tem um olhar mais voltado para si por parte das instituições, no entanto, existe quesitos que não estão ao seu alcance, verbas para aquisição de novas coleções por exemplo.

É necessário verbas para aquisição de novas coleções, e muitas das vezes as verbas disponibilizadas não conseguem custear a aquisição desse material, na entrevista essa dificuldade foi relatada, e foi comentada a importância que esse requisito tem para as avaliações.

Assim como a atenção das coordenações dos cursos para o levantamento de bibliografias atualizadas, ajudando a tornar um acervo de qualidade, (Machado, 2009, p. 18) explica que para o acervo da biblioteca se tornar um acervo de qualidade é:

Necessário que a biblioteca trabalhe de forma integrada com o setor pedagógico da instituição, com os cursos de graduação e os professores, para a articulação de um acervo de qualidade que possibilite o uso e o acesso de fontes de informações indicadas nos planos de ensino das disciplinas e definidas no projeto pedagógico dos cursos. Essa integração assegura também sintonia e organicidade na gestão do ensino superior na medida em que se equilibra a concepção de ação e estrutura materiais para realização dos fins educativos.

Uma boa organização e colaboração de todos os envolvidos, certamente terminará com uma excelente pontuação para a biblioteca, assim como para a Instituição, no entanto para o crescimento da mesma é necessário um trabalho conjunto dos seus setores.

Esse assunto é de extrema relevância para o Curso de Biblioteconomia, a graduação onde o indivíduo é preparado para exercer a profissão escolhida e aqui se trata do bibliotecário, o mesmo deverá pôr em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e relaciona a teoria com a execução das atividades pertinentes a profissão. É importante ter o conhecimento sobre esse assunto.

Em conclusão a pesquisa científica, abre horizontes, leva o pesquisador gerar novos conhecimentos, agregar colaborações em trabalhos já existentes, e com o advento da inauguração da nova Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, propõe-se como trabalho futuro um estudo de caso nessa biblioteca sobre essa temática.

Pra tal, torna-se necessário o diálogo, se possível com os novos bibliotecários, pois com o porte da nova Biblioteca Central a mesma precisará aumentar o quantitativo de funcionários para suprir a demanda desta e a partir deste estudo, compreender os conhecimentos que esses profissionais possuem sobre o assunto, destacando sua importância de maneira mais precisa especialmente na área de gestão universitária que é ofertada no Curso de Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2000.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742006000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- _____. Portaria Normativa Nº 20, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 set. 2018.
- _____. Ministério da Educação. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoes-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 13 out. 2023.
- _____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/lei/110.861.htm> : Acesso em 09 nov. 2023.
- _____. **SINAES**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 13 out. 2023.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Manual de Verificação in loco das condições institucionais. Brasília, DF, 2002. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2023
- _____. Ministério da Educação. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**. 2013. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoes-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- ELLWANGER, Ronald José. **Regulamentação do ensino de graduação na Universidade**

Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Conheça o INEP.** 2023. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em: 23 out. 2023.

KLAES, R. R.; PFITSCHER, E. F. Ainda e sempre a questão da integração biblioteca e universidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., 1994, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, Biblioteca Central, 1994. p. 289-300.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Maia, Luiz Cláudio; Santos, Maria De Souza Lima. **Gestão da biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC.** *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.20, n.2, p.100-119, abr/jun. 2015

LUCK, Esther Hermes et al. A Biblioteca Universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. In: **Seminário nacional de bibliotecas universitárias**, 11, Florianópolis, 2000.

SPUDEIT, Daniela; KROEFF, Marcia Silveira (org.). **Gestão de unidades de informação.** São Paulo: Repositório - FEBAB, 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1534>. Acesso em: 8 out. 2023.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira.** Salvador: EDUFBA, 2009.

MACHADO, Marli. **A Biblioteca Universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MELO, Mariana Angélica de. **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO MEC NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA ÂNGELA VAZ LEÃO DO UNIFOR-MG(monografia)-Curso de Biblioteconomia-Universidade de Minas Gerais, MG,2017.**

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil.** Disponível em: <<https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/11/a-estrutura-e-o-funcionamento-do-ensino-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2023.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. **A biblioteca das instituições de ensino superior e o padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar.** *Perspectivas em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.207-221, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto. Processo de avaliação do INEP/ MEC de Bibliotecas Universitárias pertencentes às instituições de educação privadas superiores de Belo Horizonte / MG. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 276, de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000300018>. Acesso em: 16 out.. 2023.

ROCHA, Míria, MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa e saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2000. 269p.n Queiroz. Bibliotecas universitárias: avaliação do MEC.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2009

PEREIRA, Maria I.; SANTOS, Sílvio A. **Modelo de Gestão: uma análise conceitual**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2001.

SILVA, Camila Neves, **AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: AS VISITAS *IN LOCO* NA PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Biblioteca Central** [São Luis] UFMA. 2023 https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/paginas/pagina_estatica.jsf?id=698: Acesso em 10 nov. De 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Diretoria Integrada de Bibliotecas Histórico** [São Luis?] UFMA. https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/paginas/pagina_estatica.jsf?id=121. Acesso em 10 nov. De 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026**[São Luís] UFMA. 2023. <https://portalpadrao.ufma.br/site/servicos-a-comunidade/pdi>. Acesso em 10 nov. De 2023.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC.: Um estudo de caso realizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

As questões que seguem pretendem averiguar as percepções e os desafios enfrentados pelos bibliotecários durante a visita *in loco* do MEC na biblioteca central da UFMA .

- 1 Quais os setores responsáveis pela avaliação institucional do MEC?
- 2 Como se dá a participação da biblioteca junto a esses setores?
- 3 O bibliotecário gestor é informado de forma prévia pelo setor responsável sobre a agenda anual do MEC e quais cursos serão avaliados, como ocorre essa interação biblioteca, instituição e MEC.?
- 4 Como ocorre o processo de adequação, para cumprir as exigências, sem prejudicar o acesso dos usuários?
- 5 A UFMA possui uma comissão própria de avaliação CPA, como acontece a avaliação dessa comissão nas bibliotecas, essa avaliação é tida como uma preparação para a visita do MEC?
- 6 Existe uma preparação continuada para essas avaliações com os profissionais, independente da periodicidade com que acontecem as visitas na instituição?
- 7 A instituição oferece algum curso de capacitação para que os profissionais, trabalhem com autonomia e segurança no que diz respeito aos processos avaliativos do MEC?
- 8 Das fontes de informação abaixo elencadas, qual é utilizada para sanar dúvidas sobre avaliação do MEC?
- 9 Qual a maior dificuldade do profissional para a adequação do seu setor para essas visitas?
- 10 Quais ações preparatórias você sugere que sejam efetivadas antes da visita do MEC?
- 11 Durante o período da visita *in loco* do MEC, houve alguma mudança no desenvolvimento de suas tarefas ou na rotina da biblioteca?
- 12 Quais as principais dificuldades encontradas referentes à visita do MEC, você acha que a participação de um bibliotecário na comissão avaliativa do MEC, teria uma outra visão na avaliação, por quê?

APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de
21/10/1966
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DE
BIBLIOTECONOMIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

São Luis 28 de outubro de 2023.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a), Cenidalva Teixeira

Apresento a aluna TEREZA DE JESUS ARAUJO, devidamente matriculada nesta instituição que está a desenvolver pesquisa sobre “A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO MEC: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA”, para elaboração do seu Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia, com o objetivo de Conhecer como se dá o processo de participação do(a) bibliotecário(a) durante a visita de avaliação do MEC na biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

Dessa forma, solicitamos sua autorização para execução e coleta de dados nesta referida instituição. A relevância dessa práxis acadêmica que integra universidades e instituições contribui para o conhecimento da realidade empírica e o fazer científico necessários ao desenvolvimento cultural, educacional e político da sociedade.

Agradecimentos antecipados por Vossa compreensão e valiosa colaboração nesse processo de elaboração do conhecimento científico e de aprimoramento e formação do profissional.

Cordialmente,

Prof^a Ma Maria Cléa Nunes
Orientador(a)

Departamento de Biblioteconomia - UFMA

APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DE
BIBLIOTECONOMIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Sr.(a)

Está pesquisa constitui o processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso Intitulado **A PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO MEC: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**”, desenvolvida pela aluna, **TEREZA DE JESUS ARAUJO** discente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob a orientação da Profª Ms Maria Cléa Nunes do Departamento de Biblioteconomia-UFMA.

Tem como **objetivo Conhecer como se dá o processo de participação dos bibliotecários durante a visita de avaliação do MEC na biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.**

Desta forma, solicita a colaboração do gestor e dos funcionários (as) da biblioteca e autorizando sua participação no estudo. Outrossim informamos ainda que:

A recusa do participante é livre;

a participação é de forma voluntária;

o participante pode declinar da participação da pesquisa em qualquer momento de sua execução.

As respostas oriundas dos instrumentos de coletas de dados serão utilizadas nos resultados da pesquisa;

As gravação de áudio, vídeo e imagens durante o processo de aquisição dos dados, se houver, serão usados na divulgação dos resultados;

divulgação dos resultados em eventos e publicações científicas;

A pesquisadora tem o compromisso de acordo com o Conselho Nacional de Saúde.Resolução 510/2016 (Brasil) relativo as áreas das Ciências Humanas e Sociais e do Código de Ética da Universidade Federal do Maranhão, instituído pela Resolução nº 143- CONSUN, de 06 de setembro de 2010, garantir:

- a)Transparência e fidedignidade nos resultados e
- b)Confidencialidade e e anonimato do participante

Após ter conhecimento dos objetivos estritamente acadêmicos de pesquisa, visando colaborar para o avanço das discussões sobre a temática. Declaro que entendi os objetivos e importância da minha contribuição. Assim, concordo em participar da pesquisa

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste TCLE.